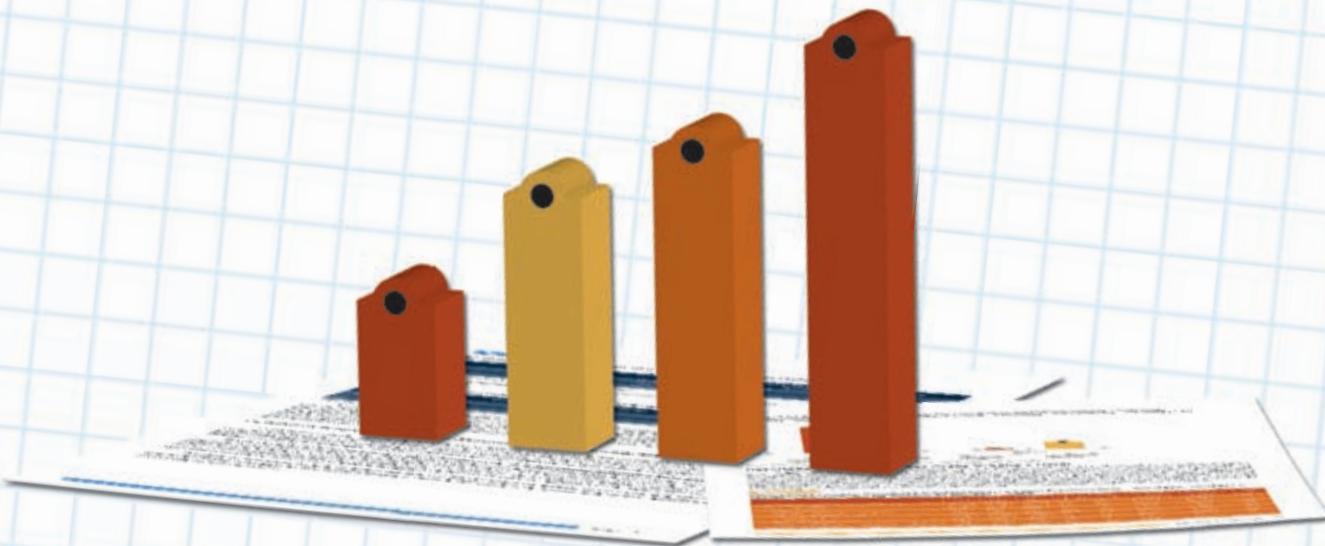


Informe de Previdência Social

2011

Junho de 2011 • Volume 23 • Número 6



ARTIGO

Evolução Recente da Concessão de Auxílio-doença pelo INSS

Leonardo José Rolim Guimarães

NOTA TÉCNICA

Resultado do RGPS de Maio de 2011

EXPEDIENTE:

Ministro da Previdência Social: Garibaldi Alves Filho • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Leonardo José Rolim Guimarães • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Rogério Nagamine Costanzi • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Otoni Gonçalves Guimarães • Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional: Remígio Todeschini • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Veríssimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA

*Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br*

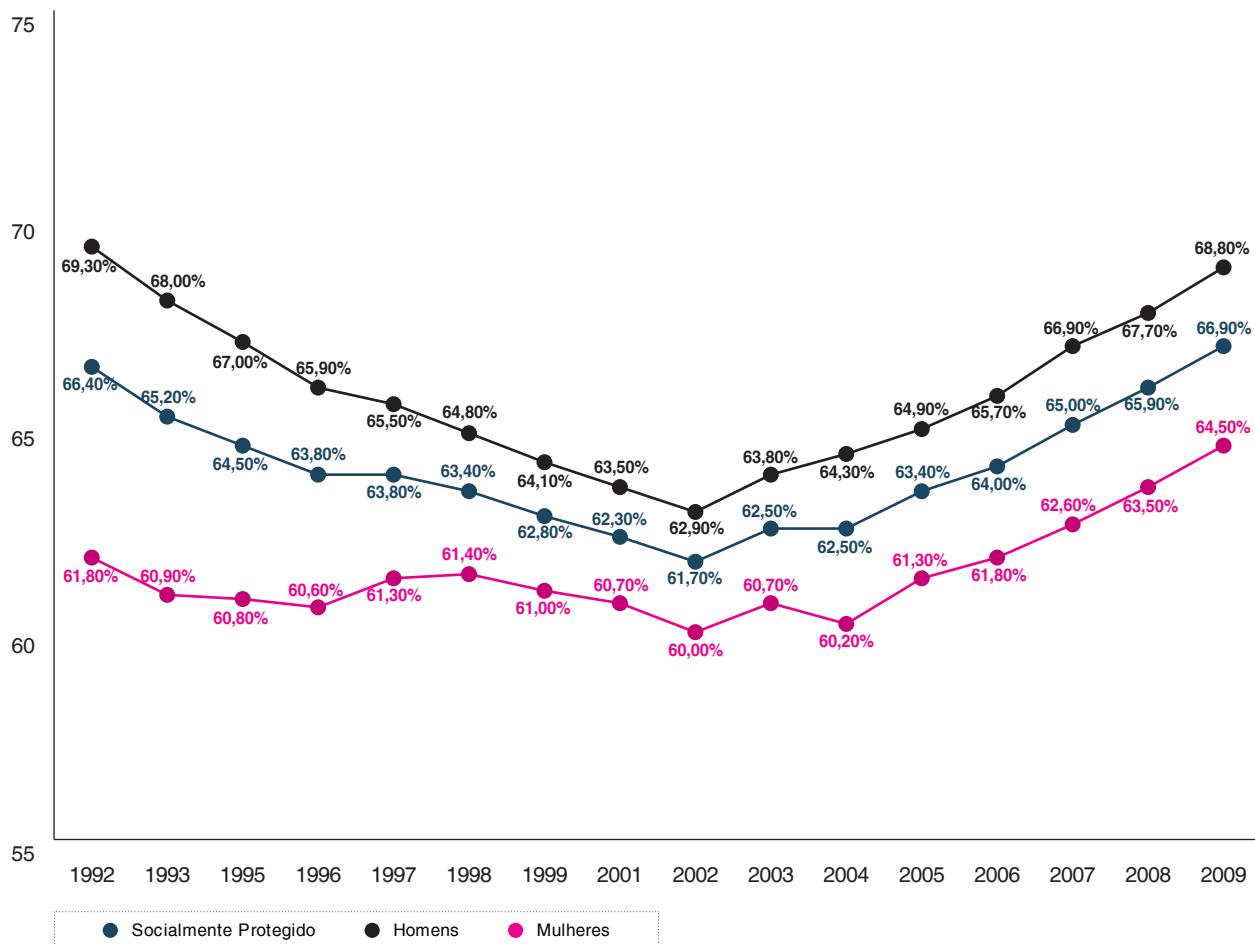
Evolução Recente da Concessão de Auxílio-doença pelo INSS

Leonardo José Rolim Guimarães
Secretario de Políticas de Previdência Social

Para analisar a série histórica da última década devemos lembrar alguns fatos relevantes que impactaram fortemente a concessão de benefícios de auxílio-doença. Em primeiro lugar, tem havido, a partir de 2003 um forte aumento da cobertura previdenciária como pode ser visto abaixo, no gráfico 1. Se há mais trabalhadores aptos a receberem o benefício, é de se esperar que haja um aumento proporcional nas concessões. Embora tenha ocorrido uma substancial melhora no nível de saúde médio da população economicamente ativa, por outro lado está ocorrendo um rápido envelhecimento das pessoas que estão no mercado de trabalho, como pode ser visto pela mudança no perfil do trecho em marrom dos gráficos 2 e 3. Portanto, do ponto de vista de risco de adoecimento, o aumento na média etária dos segurados da previdência social, no mínimo neutraliza o efeito positivo da melhoria da qualidade de vida.

Gráfico 1

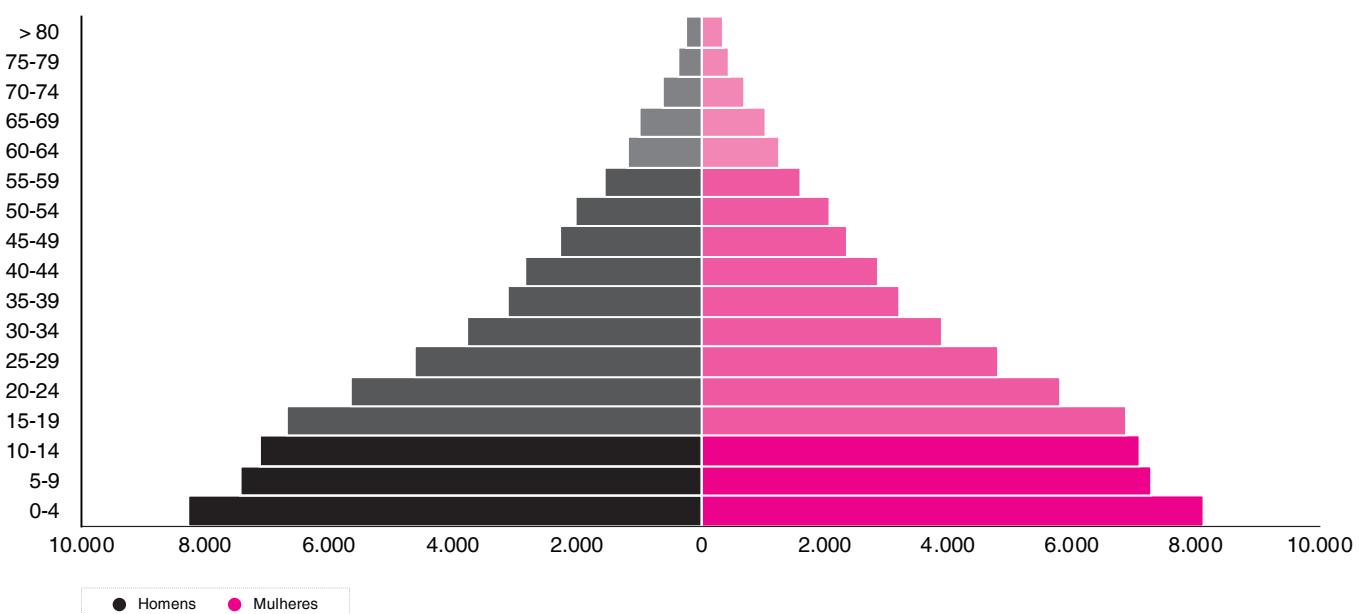
Cobertura previdenciária no Brasil



Fonte: PNAD/IBGE • Elaboração: SPS/MPS

Gráfico 2

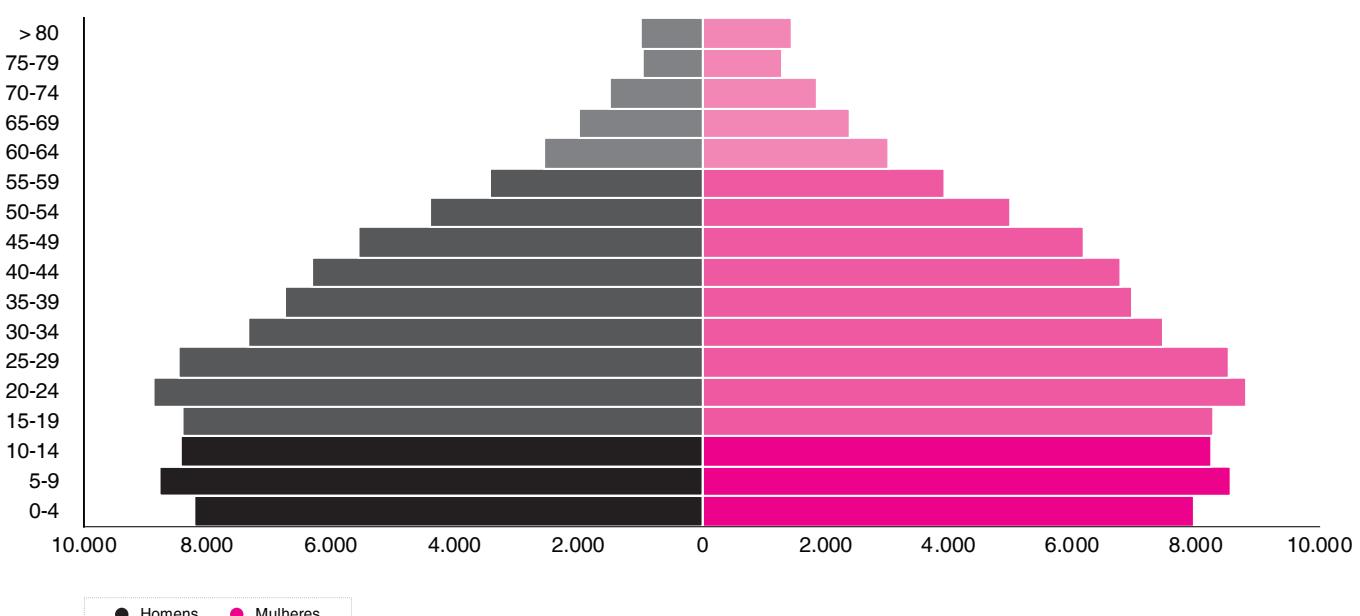
Pirâmide Populacional Brasileira – 1980 (em milhares)



Fonte: IBGE • Elaboração: SPS/MPS

Gráfico 3

Pirâmide Populacional Brasileira – 2011 (em milhares)



Fonte: IBGE • Elaboração: SPS/MPS

Em segundo lugar, medidas administrativas levaram essa relação entre crescimento no número de segurados e aumento nas concessões de auxílio-doença não ser tão clara na série histórica de 2000 até 2010. Entre 2000 e 2005, com a implantação da terceirização da perícia-médica verificou-se um aumento acima do normal no crescimento da concessão de auxílio-doença. Com o fim da terceirização verificou-se durante os anos de 2006 a 2008 uma estabilização das novas concessões. Como claramente havia exageros no modelo anterior, da terceirização, essa estabilização na verdade representa um aumento relativo de concessões, em virtude do crescimento do número de segurados da previdência, visto que não fosse isso, o novo modelo teria representado uma queda e não estabilização.

Em 2009 houve um aumento no represamento das perícias em função de um movimento da categoria de médicos peritos, anterior à greve. A média de perícias represadas em 2008, que era de 86 mil por mês, saltou para 190 mil por mês em 2009, representando um aumento de 110%. Isso fez com que o número de concessões de auxílio-doença em 2009 caísse artificialmente e também potencializou o crescimento em 2010. Em 2010, com a greve, esse represamento aumentou ainda mais, o que também contamina a análise de 2011. Inclusive, isso induz à falsa conclusão que, como o percentual de concessões em relação ao número de requerimentos cresceu, poderia ter ocorrido um afrouxamento nas perícias do INSS. Todavia, ao compararmos o número de requerimentos com o de indeferimentos, que é bem mais adequado, verificamos que em 2009 e 2010 tivemos exatamente o mesmo percentual de 49,3% de indeferimentos e em 2011 esse índice mantém-se praticamente igual.

Tabela 1

Evolução da concessão de auxílio-doença

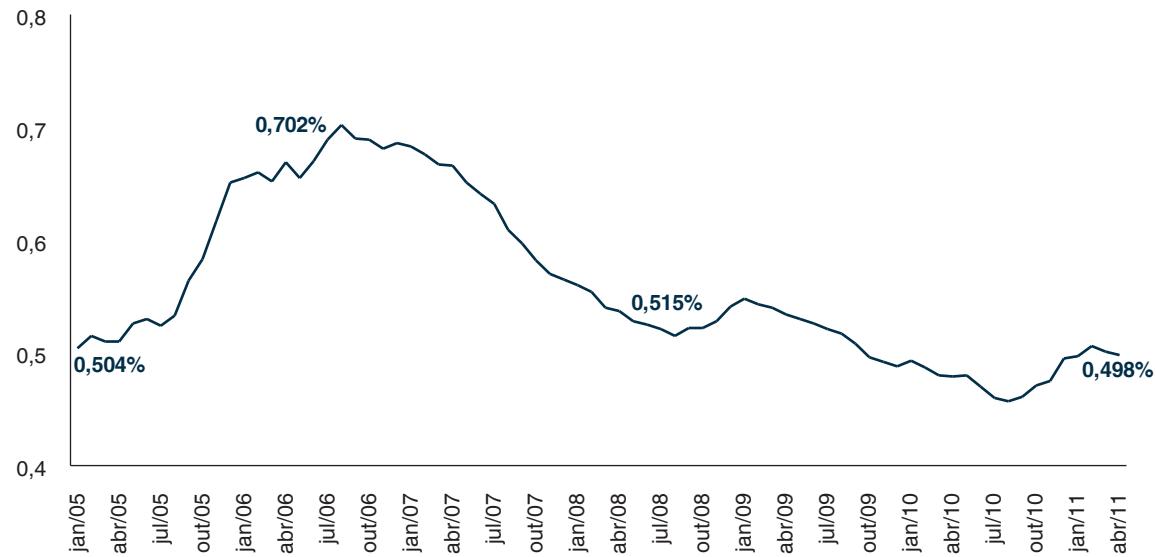
ANO	TOTAL DE REQUERIMENTOS	TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	TOTAL DE BENEFÍCIOS INDEFERIDOS	MÉDIA MENSAL DE PERÍCIAS REPRESADAS	RELAÇÃO INDEFERIDOS/REQUERIDOS	RELAÇÃO CONCEDIDOS/REQUERIDOS
2005	2.768.657	2.016.863	911.002	216.345	32,9%	72,8%
2006	4.377.254	2.329.669	1.814.540	250.041	41,5%	53,2%
2007	4.128.848	2.100.454	2.194.603	135.716	53,2%	50,9%
2008	3.818.293	2.163.063	2.264.114	85.503	59,3%	56,7%
2009	3.858.557	2.043.029	1.901.898	179.612	49,3%	52,9%
2010	3.724.112	2.228.622	1.835.417	305.974	49,3%	59,8%
2011	1.651.100	985.092	806.542	254.665	48,8%	59,7%

Fonte: SINTESE/SUIBE/DATAPREV • Elaboração: SPS/MPS

Quando analisamos a evolução de concessões não é adequado apenas comparar um mês com o mesmo mês do ano anterior sem levar em conta situações como o represamento ou fatores sazonais. Mesmo a análise de um quadrimestre pode estar fortemente impactada por situações de curta duração. O mais adequado para vermos a evolução e a tendência da concessão é analisarmos o total acumulado em 12 meses ou a média móvel de 12 meses. Comparando a evolução da relação do número de empregos formais com as concessões de auxílio-doença, verificamos que essa relação sofreu uma ligeira queda entre final de 2009 e início de 2010, recuperando-se no segundo semestre de 2010 e mantendo-se estável em 2011 num patamar de 0,5%, que é abaixo do que se encontrava em 2009 e o menor da série histórica recente, exceto o pequeno período supra citado que foi contaminado pelo aumento no represamento de perícias.

Gráfico 4

Percentual de média móvel de concessões de auxílio-doença em relação ao total de vínculos formais



Fonte: SINTESE/SUIBE/DATAPREV • Elaboração: SPS/MPS

Se considerarmos que o patamar de 0,5% de segurados entrando em auxílio-doença mensalmente seja o nível adequado para as condições recentes de saúde dos trabalhadores no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), podemos construir o que seria a curva ideal de concessão de desse benefício e comparar com a curva real verificada. No gráfico 5 vemos que desde novembro de 2009 estamos exatamente na linha de tendência e que desde meados de 2008 tem havido um afastamento muito pequeno entre a linha real e a ideal, o que comprova que, exceto por oscilações temporárias causadas por fatores sazonais ou atípicos (como movimentos de greve), o crescimento das concessões tem uma relação direta com o aumento no número de segurados.

Gráfico 5

Evolução da média móvel de 12 meses de concessões de auxílio-doença



Ao analisarmos exclusivamente o número de concessões verificamos um aumento desde meados de 2010, porém esse aumento é justificado pelo aumento no número de segurados da previdência social, conforme pode ser visto na tabela abaixo que traz o crescimento médio mensal. Nessa tabela vemos que o crescimento das concessões em 2010 foi de 9,1%, enquanto o número de segurados cresceu 8,2%. Em 2011, enquanto o crescimento no número de trabalhadores estava em 3,6% até abril, as concessões cresceram 3,8%. Quanto ao período até 2009, conforme citado anteriormente, há uma série de fatos que mascaram a tendência natural de crescimento das concessões em função do aumento do emprego formal e da cobertura previdenciária.

Tabela 2

Crescimento no número médio mensal de concessões de auxílio-doença e de segurados empregados

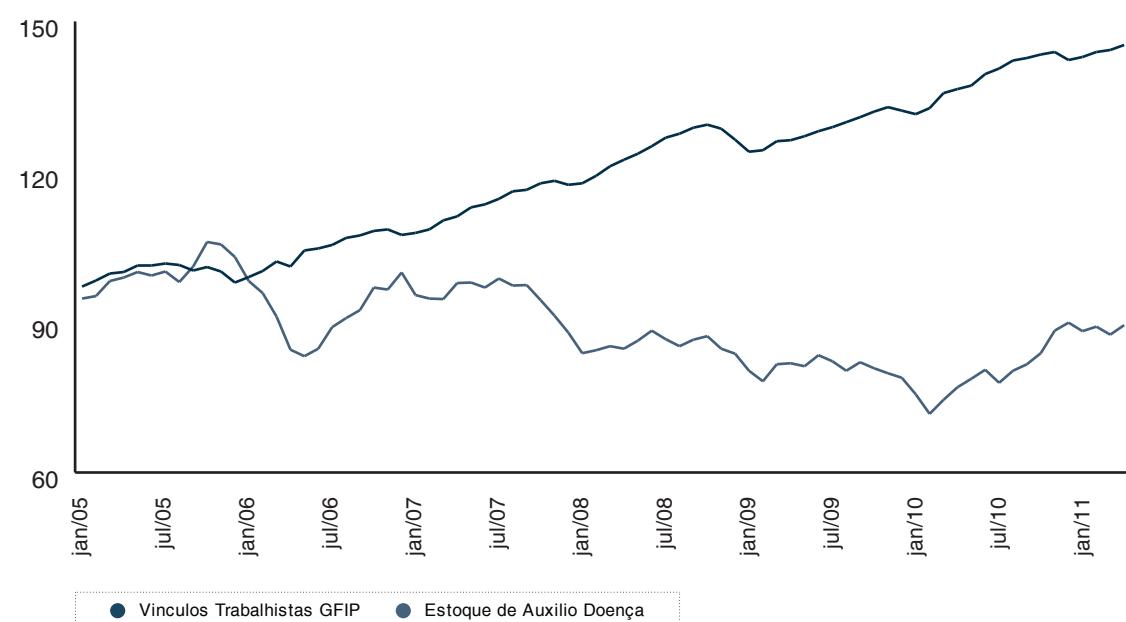
ANO	MÉDIA MENSAL DE CONCESSÕES DE AUXÍLIO-DOENÇA	CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	MÉDIA MENSAL DE SEGURADOS EMPREGADOS	CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2005	168.072		26.370.123	
2006	194.139	15,5%	27.574.929	4,6%
2007	175.038	-9,8%	29.986.407	8,7%
2008	180.255	3,0%	32.890.603	9,7%
2009	170.252	-5,5%	33.896.431	3,1%
2010	185.719	9,1%	36.659.634	8,2%
2011	192.831	3,8%	38.011.864	3,6%

Fonte: SINTSE/SUIBE/DATAPREV • Elaboração: SPS/MPS

Por outro lado, não tem havido um crescimento no estoque de benefícios de auxílio-doença compatível com aumento no número de vínculos trabalhistas formais. Isso implica dizer que os benefícios estão sendo cessados mais rapidamente e, portanto, o impacto nas despesas não é proporcional. Convém destacar que o valor do auxílio-doença está vinculado ao estoque desses benefícios e à dinâmica recente do mercado de trabalho, tendo menor relação com a inflação e o salário-mínimo do que os benefícios de aposentadoria e pensão. Tendo em vista que o salário médio de contribuição vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, isso é refletido no valor médio do auxílio-doença. Nesse sentido, a aprovação do PL 1.291/2007 contribuiria para reduzir o valor desses benefícios, pois corrigiria uma distorção que é o fato de, em alguns casos o benefício ser maior que o seu salário atual.

Gráfico 6

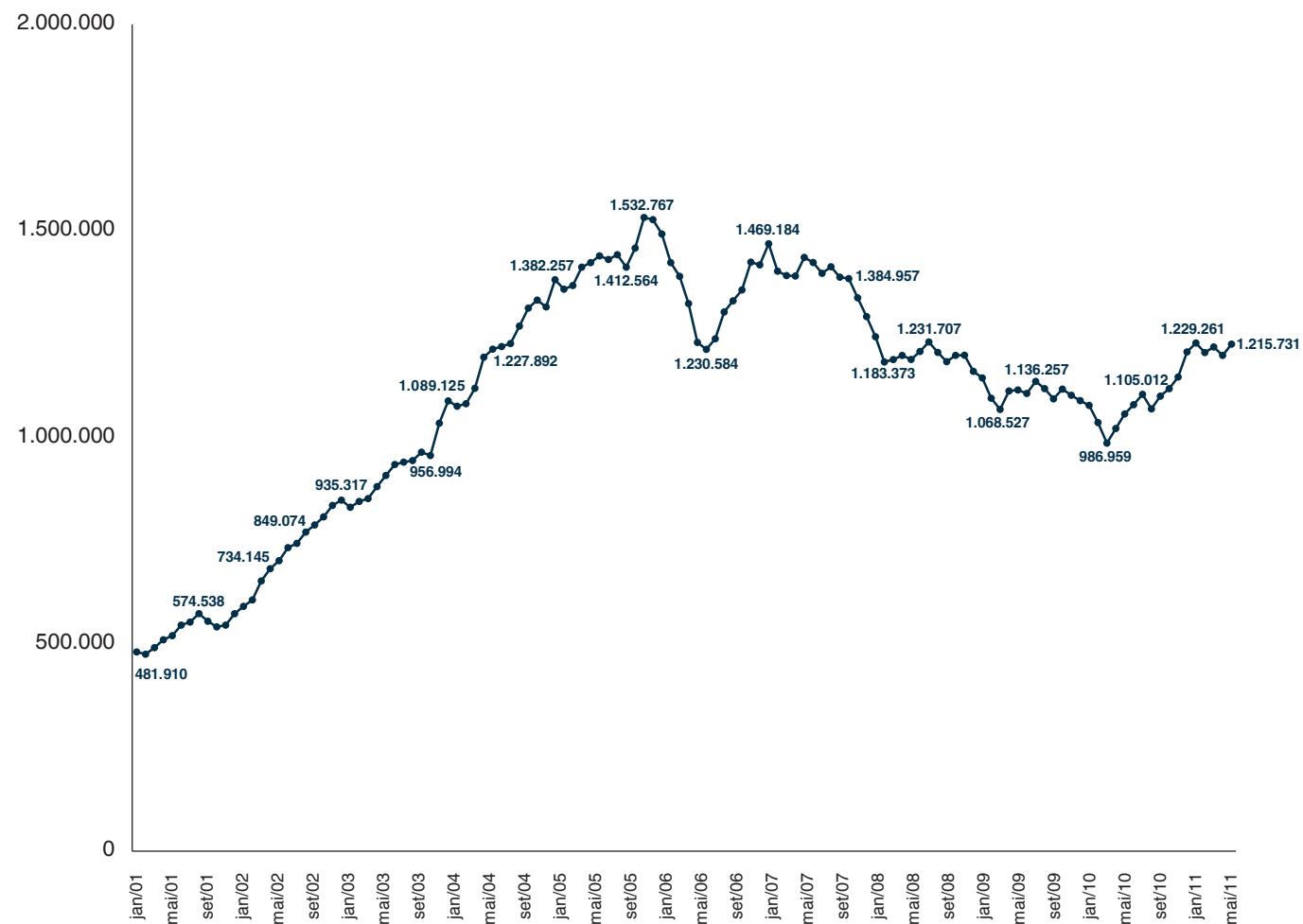
Estoque de Vínculos Trabalhistas e Estoque de Auxílio-Doença – 1995=100



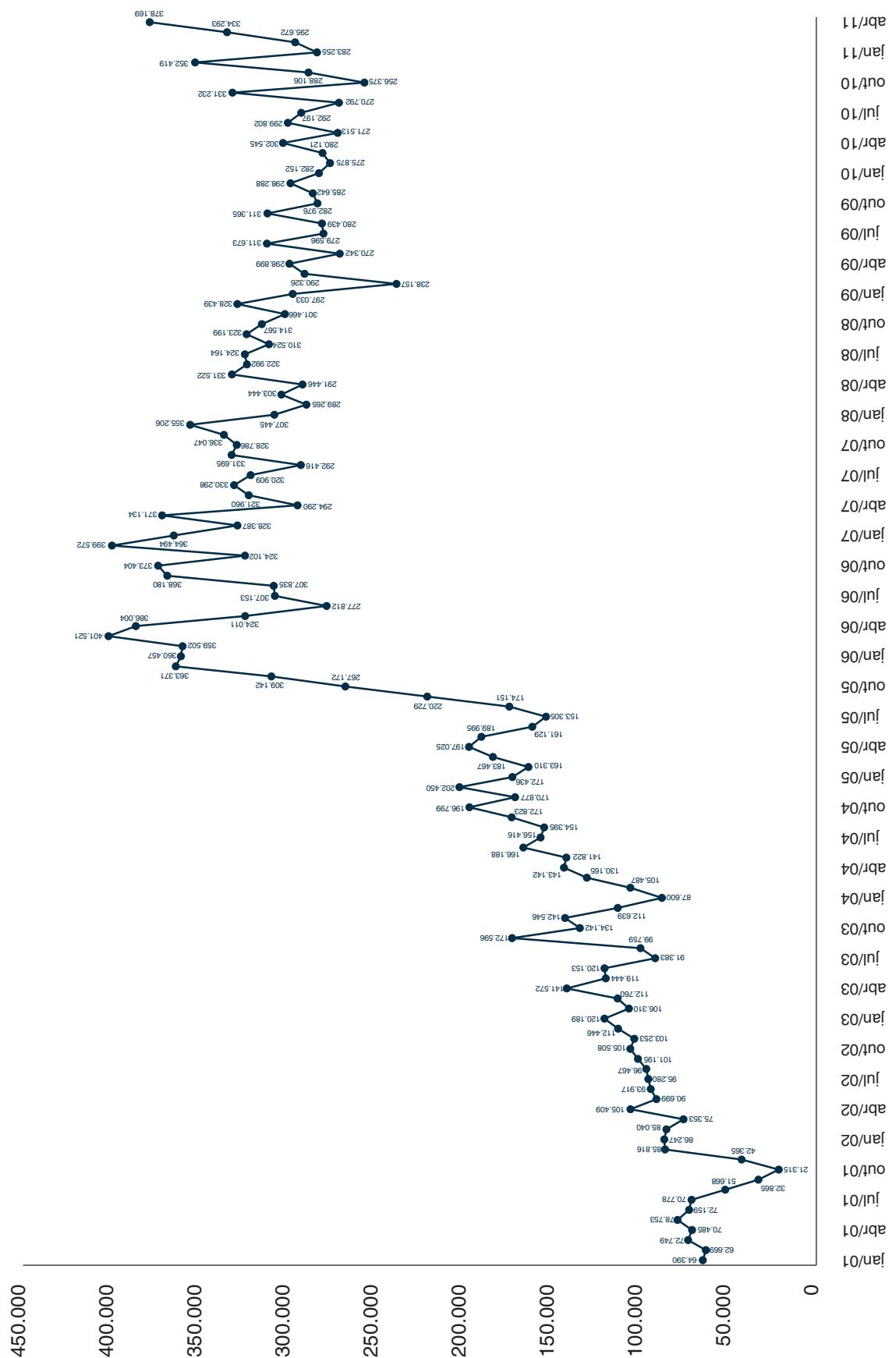
Nos dois gráficos a seguir vemos claramente, que o estoque de auxílio-doença previdenciário não tem crescido na mesma proporção das concessões em função de aumento na cessação. Em 2011, a média mensal de cessações cresceu 10,8% em relação a 2010, que já tinha apresentado um pequeno crescimento de 1,7% em relação a 2009, apesar da greve dos médicos-peritos. Isto demonstra que, com a redução da necessidade de realização de perícias para retorno do segurado ao trabalho, em função da chamada “alta programada”, os médicos-peritos puderam se dedicar mais a garantir a cessação de benefícios no prazo adequado. Convém destacar que no tocante aos benefícios judiciais ainda há margem para cessação mais rápida de benefícios, desde que haja disponibilidade de profissionais para fazer a revisão desses benefícios, que englobam não apenas auxílio-doença como também aposentadoria por invalidez.

Gráfico 7

Quantidade de Auxílio-doença Previdenciário Emitido



Fonte: SINTERSE/SUIBE/DATAPREV • Elaboração: SPS/MPS

Gráfico 8**Quantidade de Auxílio-doença Previdenciário Cessado**

Na tabela abaixo vemos que não houve um aumento significativo nas despesas com auxílio-doença nos anos de 2010 e 2011, quando deflacionamos os valores pelo INPC. Neste ano, acumulado de janeiro a maio, enquanto o total das despesas do RGPS cresceu 4,2% em relação a 2010, os gastos com auxílio-doença cresceram 4,8%. Convém destacar que o salário-mínimo não teve ganho real neste ano, o que tem impacto muito mais significativo para aposentadoria e pensões que para o auxílio-doença.

Tabela 3

Despesas médias mensais com auxílio do doença – Corrigido pelo INPC

ANO	DESPESAS MÉDIAS MENSais	CRESCIMENTO
2002	680.302.355	33,5%
2003	882.090.696	29,7%
2004	1.195.179.205	35,5%
2005	1.405.701.269	17,6%
2006	1.320.690.899	-6,0%
2007	1.393.250.560	5,5%
2008	1.219.404.078	-12,5%
2009	1.159.440.169	-4,9%
2010	1.167.844.140	0,7%
2011	1.224.146.164	4,8%

Fonte: SINTESE/SUIBE/DATAPREV • Elaboração: SPS/MPS

Conclui-se, portanto, que o volume de concessões e emissões, bem como o montante de gastos com o benefício de auxílio-doença vem apresentando comportamento dentro do esperado, considerando-se o crescimento elevado no número de segurados e do índice de formalização da economia brasileira, bem como o resultado das medidas implantadas nos últimos anos para otimizar a gestão desse benefício no INSS.

RECEITAS E DESPESAS

Saldo Previdenciário e Arrecadação

Necessidade de Financiamento (INPC de Mai/2011)

No mês (Mai/2011)	R\$ 2,42	bilhões
Acumulado em 2011	R\$ 17,84	bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 42,36	bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural

Em maio de 2011, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 18,5 bilhões, incluída a arrecadação Comprev, e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). Entre maio e abril de 2011, cresceu 2,1% (+R\$ 375,3 milhões) e 7,8% (+R\$ 1,3 bilhão), quando comparado a maio de 2010, o que é reflexo, em boa medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 497,6 milhões, aumento de 2,6% (+R\$ 12,6 milhões) em relação ao mês anterior e de 9,5% (+R\$ 43,3 milhões) frente a maio de 2010.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2010 e 2011) – Maio/2010, Abril/2011, Maio/2011 e Acumulado Janeiro a Maio (2010 e 2011) – em R\$ milhões de Maio/2011 – INPC

ITEM	MAI-10	ABR-11	MAI-11	VAR. %	VAR. %	ACUMULADO (JAN A MAIO)		VAR. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2010	2011	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.650,3	18.651,9	19.039,8	2,1	7,9	84.074,5	91.617,7	9,0
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	17.196,0	18.166,9	18.542,1	2,1	7,8	82.050,1	89.516,8	9,1
1.2 Arrecadação Líquida Rural	454,3	485,0	497,6	2,6	9,5	2.024,2	2.100,2	3,8
1.3 Comprev	0,1	0,1	0,1	133,7	91,1	0,3	0,7	186,5
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	20.406,7	24.414,0	21.459,6	(12,1)	5,2	105.444,0	109.454,3	3,8
2.1 Benefícios Previdenciários	19.947,2	21.066,1	21.044,2	(0,1)	5,5	99.767,4	104.677,3	4,9
2.1.1 Urbano	15.510,7	16.445,4	16.414,7	(0,2)	5,8	77.524,4	81.632,3	5,3
2.1.2 Rural	4.436,5	4.620,7	4.629,5	0,2	4,4	22.243,1	23.045,0	3,6
2.2 Passivo Judicial	343,5	3.239,8	301,1	(90,7)	(12,4)	5.116,1	4.243,6	(17,1)
2.2.1 Urbano	267,1	2.529,2	234,8	(90,7)	(12,1)	3.936,5	3.311,7	(15,9)
2.2.2 Rural	76,4	710,6	66,2	(90,7)	(13,3)	1.179,6	931,9	(21,0)
2.3 Comprev	116,1	108,1	114,4	5,8	(1,5)	560,5	533,4	(4,8)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(2.756,4)	(5.762,1)	(2.419,8)	(58,0)	(12,2)	(21.369,5)	(17.836,5)	(16,5)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	1.302,2	(915,8)	1.778,4	(294,2)	36,6	29,0	4.040,2	13.839,8
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(4.058,6)	(4.846,4)	(4.198,2)	(13,4)	3,4	(21.398,5)	(21.876,7)	2,2

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 16,8 bilhões, em maio de 2011, queda de 12,2% (-R\$ 2,3 bilhões) em relação a abril deste mesmo ano e aumento de 5,5% (+R\$ 870 milhões), quando comparada a maio de 2010. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 4,7 bilhões em maio de 2011, redução de 11,9% (-R\$ 635,6 milhões), frente a abril de 2011 e crescimento de 4,1% (+R\$ 182,9 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2010. Essa elevada queda em relação a abril deste ano pode ser explicada pelo pagamento de sentenças judiciais ocorrido naquele mês, no valor de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões no meio urbano e R\$ 710,6 milhões, no meio rural.

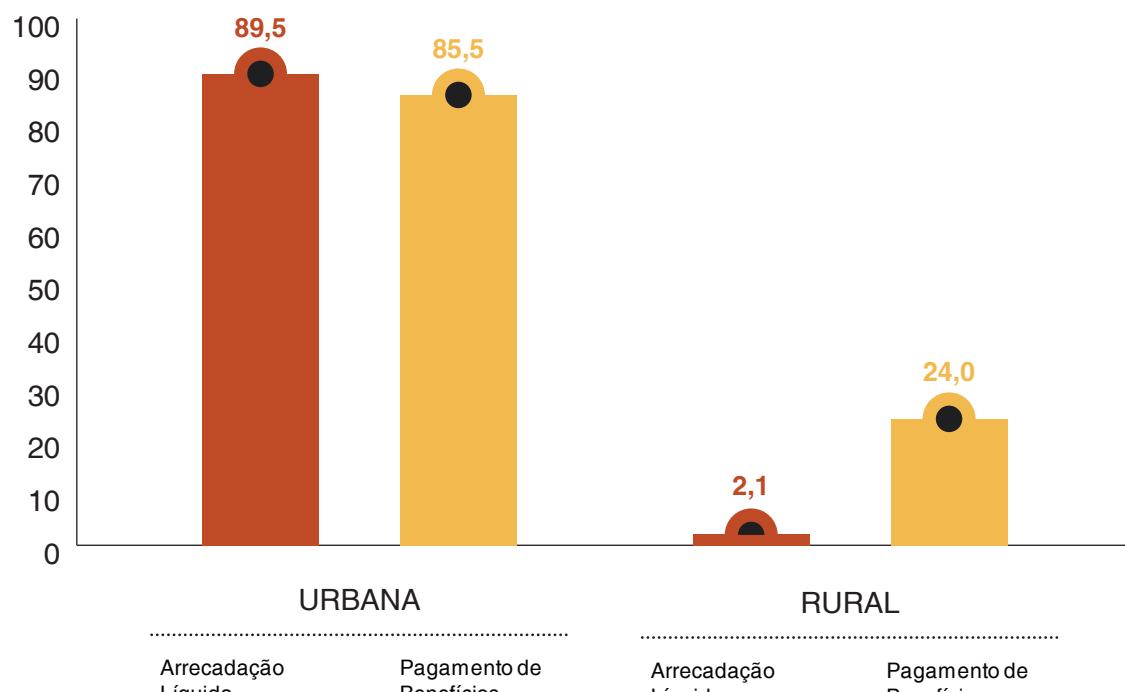
Em maio de 2011, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 1,8 bilhão. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 4,2 bilhões.

É importante destacar que, entre o acumulado de janeiro a maio de 2010 e o período correspondente de 2011, a arrecadação líquida urbana cresce, percentualmente, em valor superior ao registrado para o crescimento da despesa com benefícios urbanos, fato verificado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010. Fato verificado também na clientela rural, que, em maio de 2011, a arrecadação líquida rural cresceu 1,4 p.p. a mais que a despesa com benefícios rurais.

No acumulado de janeiro a maio de 2011, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 89,5 bilhões, elevação de 9,1% (+R\$ 7,5 bilhões), frente ao mesmo período de 2010. A arrecadação rural foi de R\$ 2,1 bilhões, crescimento de 3,8% (+R\$ 76,0 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 85,5 bilhões e a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, R\$ 24,0 bilhões. No acumulado de 2011, o meio urbano somou um superávit de R\$ 4,0 bilhões. Já no meio rural, foi registrado uma necessidade de financiamento de R\$ 21,9 bilhões, 2,2% (+R\$ 478,2 milhões) superior ao valor registrado no mesmo período de 2010. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Maio - R\$ bilhões de Maio/2011 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural

A arrecadação líquida da Previdência Social, em maio de 2011, foi de R\$ 19,0 bilhões, superior 2,1% (+R\$ 387,9 milhões) à de abril de 2011, e 7,9% (+R\$ 1,4 bilhão), frente a maio de 2010, e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 21,5 bilhões, queda de 12,1% (-R\$ 2,9 bilhões) em relação a abril de 2011 e aumento de 5,2% (+R\$ 1,0 bilhão), quando comparado ao mês correspondente de 2010, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 2,4 bilhões, queda de 12,2% (-R\$ 336,6 milhões), entre maio de 2011 e o mês correspondente de 2010, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Maio/2010, Abril/2011, Maio/2011 e Acumulado de Janeiro a Maio (2010 e 2011) – Valores em R\$ milhões de Maio/2011 - INPC

	MAI-10 (A)	ABR-11 (B)	MAI-11 (C)	VAR.% (C/B)	VAR.% (C/A)	ACUM. JAN.A MAI/10	ACUM. JAN.A MAI/11	VAR. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.650,3	18.651,9	19.039,8	2,1	7,9	84.074,5	91.617,7	9,0
1.1. Receitas Correntes	18.344,9	19.748,7	20.129,8	1,9	9,7	89.872,8	98.437,3	9,5
Pessoa Física (1)	682,0	700,9	735,1	4,9	7,8	3.273,8	3.509,1	7,2
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	716,1	752,8	792,3	5,2	10,6	3.478,6	3.852,5	10,7
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.355,3	1.536,9	1.573,9	2,4	16,1	6.736,8	7.903,6	17,3
Empresas em Geral	11.712,4	12.727,6	12.860,1	1,0	9,8	58.327,3	63.795,3	9,4
Entidades Filantrópicas (4)	144,5	145,6	145,1	(0,4)	0,4	704,9	739,3	4,9
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.277,0	1.196,2	1.259,4	5,3	(1,4)	5.800,4	5.877,1	1,3
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	439,2	486,3	491,5	1,1	11,9	2.082,8	2.342,9	12,5
Clubes de Futebol	6,3	16,5	16,4	(0,9)	160,4	33,7	54,0	60,5
Comercialização da Produção Rural (7)	307,0	360,7	358,3	(0,7)	16,7	1.335,8	1.415,1	5,9
Retenção (11%)	1.440,0	1.555,9	1.603,8	3,1	11,4	6.923,3	7.786,3	12,5
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	67,9	72,4	47,9	(33,8)	(29,4)	255,0	164,6	(35,4)
Reclamatória Trabalhista	189,5	188,5	226,1	20,0	19,3	863,9	926,4	7,2
Outras Receitas	7,8	8,4	20,0	137,9	158,4	56,4	71,1	26,2
1.2. Recuperação de Créditos	1.053,5	817,0	824,6	0,9	(21,7)	4.050,1	4.174,4	3,1
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,1	0,1	0,1	133,7	91,1	0,3	0,7	186,5
Arrecadação / Lei 11.941/09	188,7	180,8	175,1	(3,1)	(7,2)	930,6	889,0	(4,5)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	11,0	10,3	9,6	(6,6)	(12,4)	55,3	50,3	(9,1)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	1,0	0,8	9,8	1.166,7	867,7	4,7	12,3	162,4
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	289,4	126,0	62,3	(50,6)	(78,5)	881,7	574,8	(34,8)
Débitos (14)	79,2	60,7	83,3	37,4	5,2	315,1	391,7	24,3
Parcelamentos Convencionais (15)	484,1	438,5	484,4	10,5	0,1	1.862,5	2.255,7	21,1
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(34,2)	(53,9)	(14,5)	(73,0)	(57,5)	(137,1)	(111,4)	(18,8)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.713,8)	(1.859,9)	(1.900,0)	2,2	10,9	(9.711,3)	(10.882,7)	12,1
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	20.406,7	24.414,0	21.459,6	(12,1)	5,2	105.444,0	109.454,3	3,8
Pagos pelo INSS	20.063,2	21.174,2	21.158,6	(0,1)	5,5	100.327,9	105.210,7	4,9
Sentenças Judiciais - TRF (17)	343,5	3.239,8	301,1	(90,7)	(12,4)	5.116,1	4.243,6	(17,1)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(2.756,4)	(5.762,1)	(2.419,8)	(58,0)	(12,2)	(21.369,5)	(17.836,5)	(16,5)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.;
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
- (16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

O crescimento na arrecadação líquida pode ser explicado pelo bom momento vivido pela economia brasileira, principalmente com a evolução positiva no mercado de trabalho formal. A queda na despesa com benefícios em relação a abril deste ano pode ser explicada pelo pagamento de sentenças judiciais ocorrido naquele mês, no valor de R\$ 3,2 bilhões, conforme citado anteriormente.

No acumulado de janeiro a maio de 2011, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 91,6 bilhões e R\$ 109,4 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 17,8 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2010, a arrecadação líquida cresceu 9,0% (+R\$ 7,5 bilhões), e as despesas com benefícios previdenciários 3,8% (+R\$ 4,0 bilhões). Já a necessidade de financiamento registrou queda de 16,5% (-R\$ 3,5 bilhões).

É importante destacar que a arrecadação líquida previdenciária acumulada no ano continua a crescer em patamar superior ao crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010. Em 2009 a arrecadação líquida cresceu 6,1% e a despesa cresceu 7,3%.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2011, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2011, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

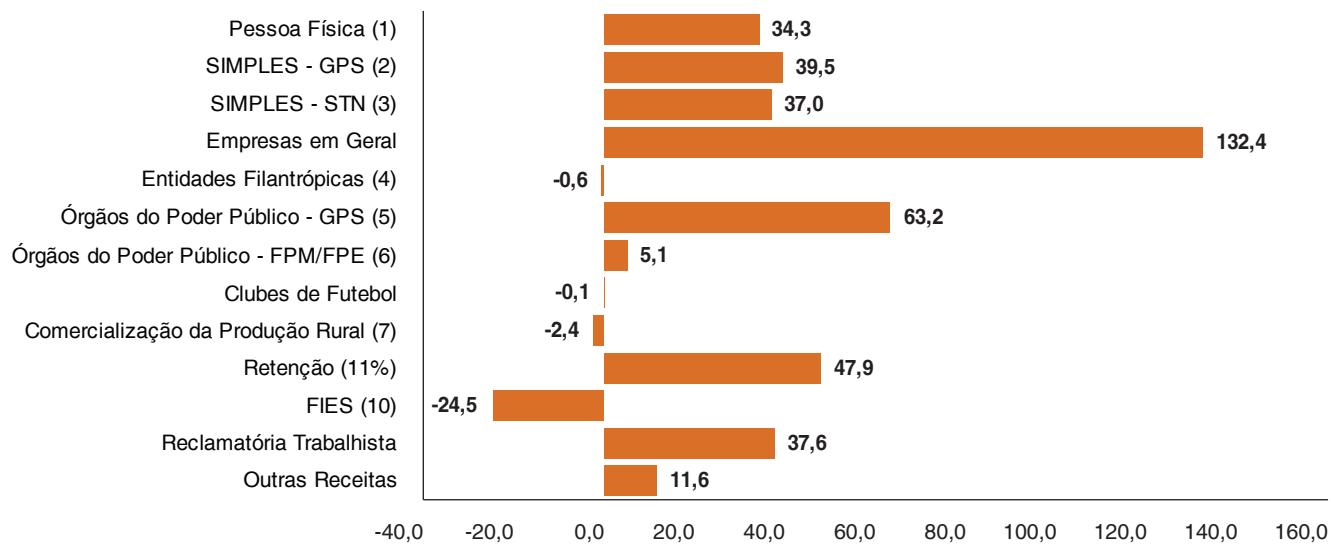
Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2011, que em maio determinou o valor recebido por 66,3% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2011, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2010.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 20,1 bilhões, em maio de 2011, aumento de 1,9% (+R\$ 381,1 milhões), frente ao mês de abril de 2011, e de R\$ 9,7% (+R\$ 1,8 bilhão), quando comparado a maio de 2010, e apresentou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). Merece destaque a rubrica de empresas em geral, com aumento de 1,0% (+R\$ 132,4 milhões), entre maio de 2011 e o mês anterior, e um forte crescimento (9,8%, ou seja, +R\$ 1,1 bilhão) na comparação com maio de 2010. O recolhimento das empresas optantes pelo SIMPLES aumentou 3,3% (+R\$ 76,5 milhões) frente a abril deste ano e 14,2% (+R\$ 294,7 milhões) em relação a maio de 2010.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (maio) de 2011 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de maio/2011 (INPC)

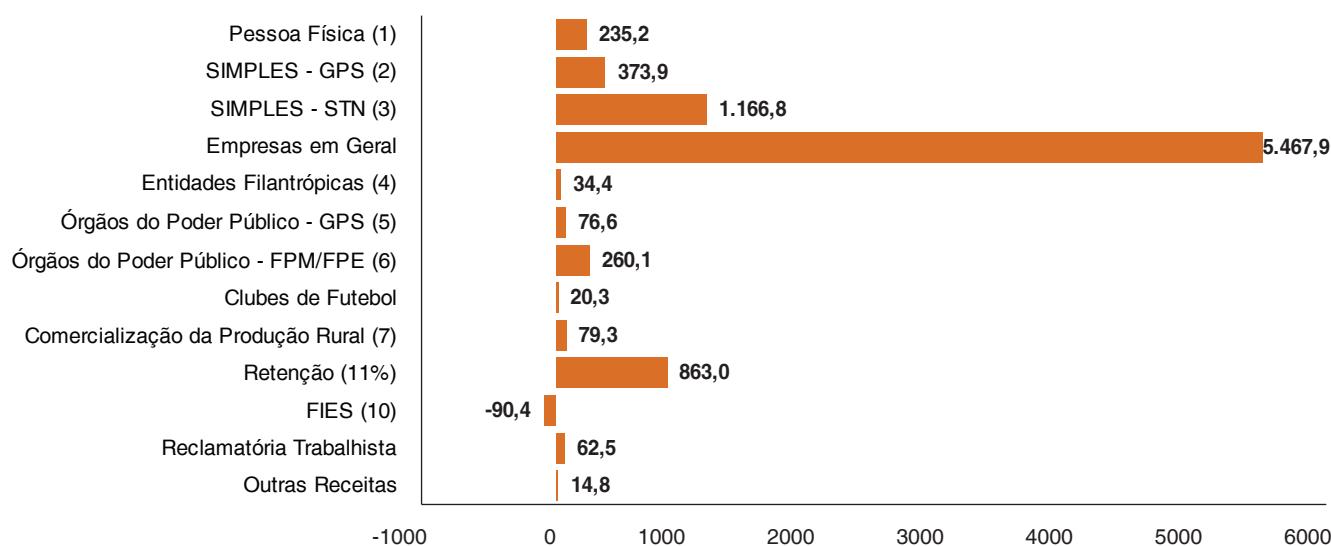


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No acumulado de janeiro a maio de 2011 as receitas correntes somaram R\$ 98,4 bilhões, 9,5% (+R\$ 8,6 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2010. Quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2010, com exceção da rubrica Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 35,4% (-R\$ 90,4 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (9,4%, ou seja, +R\$ 5,5 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (15,1%, ou seja, +R\$ 1,5 bilhão) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (12,5%, ou seja, +R\$ 863,0 milhões), que representaram juntas 84,7% do total de receitas correntes.

Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Maio) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Maio/2011 (INPC)

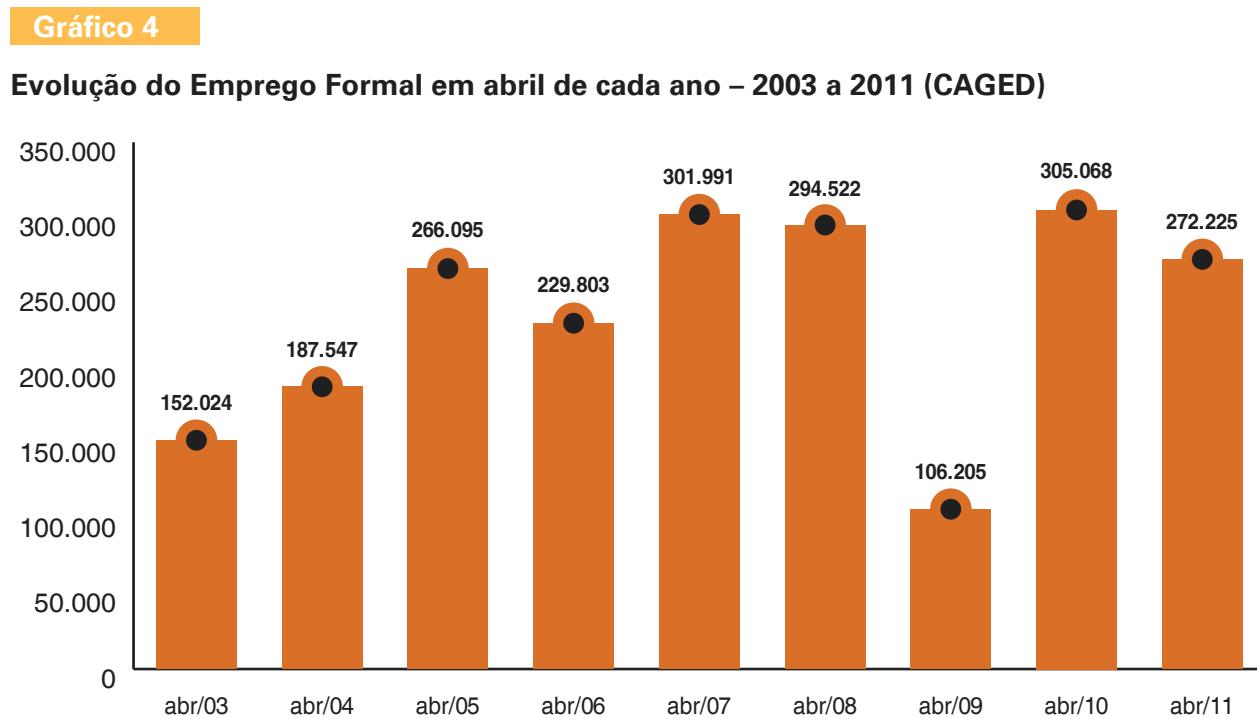


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de abril de 2011.

Mercado de Trabalho (Abril/2011)

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: Segundo os dados do CAGED, Em abril de 2011, verificou-se um aumento de 272.225 empregos celetistas, correspondendo ao crescimento de 0,75% em relação ao estoque do mês anterior. Tal geração é superior à média dos quatro anos anteriores para o mês, que se situou em torno de 251.947 postos de trabalho, os melhores resultados para toda a série do CAGED. O bom desempenho de abril foi oriundo de 1.774.378 admissões e de 1.502.153 desligamentos, ambos os maiores para o mês. Em termos setoriais, verificou-se expansão generalizada do emprego, com dois dos oito setores registrando saldos recordes para o mês, um o segundo lugar e um o terceiro. No que se refere aos vinte e cinco subsetores de atividade econômica, os dados mostram que vinte e quatro elevaram o nível de emprego e apenas um registrou redução no contingente de trabalhadores. Cabe destacar que seis obtiveram saldos recordes para o mês, quatro o segundo melhor saldo e dois a terceira maior geração de empregos. Os principais setores responsáveis pelo bom desempenho do emprego, no mês, foram os Serviços (+114.439 postos ou +0,78%, o melhor saldo para o mês), a Indústria de Transformação (+51.313 postos ou +0,63%) e o Comércio (+41.587 postos ou +0,52%). No recorte geográfico, os dados mostram que todas as grandes regiões expandiram o emprego, cabendo destacar, em números absolutos, a região Sudeste (+190.057 postos ou +0,96%), a Sul (+46.585 postos ou +0,70%) e a Centro-Oeste (+21.237 postos ou +0,78%). Cabe destacar também a região Norte (+9.651 postos ou +0,61%), que apresentou o terceiro maior saldo para o mês. No tocante à região Nordeste (+4.695 postos ou +0,08%), o desempenho mais modesto pode ser creditado, em grande parte, à influência de fatores sazonais relativos às atividades da cana-de-açúcar.



Fonte: CAGED/MTE (dado obtido em 16/06/2010)

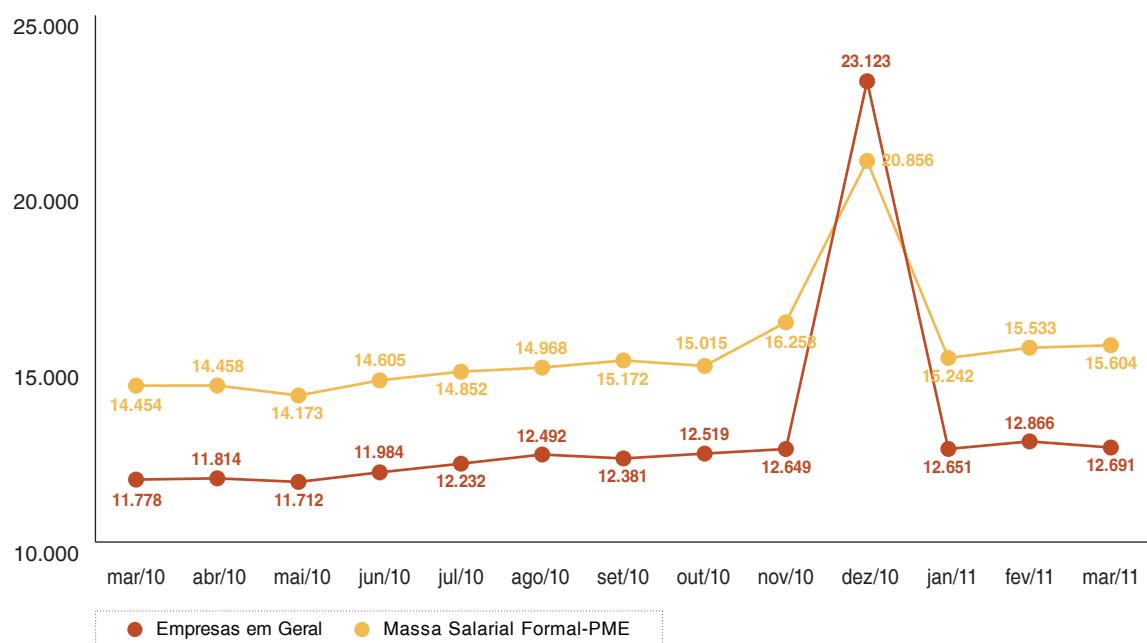
Pesquisa Mensal de Emprego - PME: De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego, a população ocupada foi estimada em 22,3 milhões em abril de 2011 no agregado das seis regiões, apresentando estabilidade em relação a março. No confronto com abril de 2010, verificou-se elevação de 2,3% nessa estimativa, representando um adicional de 492 mil ocupados no intervalo de 1 ano. A análise da ocupação, segundo os grupamentos de atividade, mostrou que, de março para abril, todos os grupamentos permaneceram estáveis. No confronto anual, houve acréscimo no contingente de trabalhadores dos Serviços

prestados à empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, 5,6%, e nos Outros serviços (alojamento, alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, limpeza urbana, atividades associativas, culturais e desportivas e serviços pessoais) 5,4%. Considerando o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) estimado em abril de 2011 em 53,4% no total das seis regiões, verificou-se que esta estimativa não variou em relação a março último, mas registrou elevação de 0,5 ponto percentual na comparação com abril de 2010. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 10,8 milhões em abril de 2011 para o conjunto das seis regiões, não apresentando variação significativa frente a março. Esta estimativa na comparação com abril de 2010, apresentou elevação de 6,8%, representando um adicional de 686 mil postos de trabalho com carteira assinada em 12 meses. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em abril de 2011 em R\$ 1.540,00, no conjunto das seis regiões, apresentou recuo de 1,8% em comparação com março. Frente a abril do ano passado, o poder de compra dos ocupados cresceu 1,8%. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, apurado em abril de 2011 em R\$ 1.441,70, no conjunto das seis regiões, ficou estável frente a março. Em relação a abril de 2010 aumentou 0,7%.

Uma comparação entre o comportamento da evolução da massa salarial formal, conforme dados da PME, e da arrecadação previdenciárias das empresas em geral, conforme fluxo de caixa do INSS, aponta a forte ligação entre as duas variáveis, o que de fato tem sido verificado no forte crescimento da arrecadação líquida previdenciária os últimos anos, resultado, principalmente, do crescimento do mercado de trabalho formal. Nessa comparação específica, só é possível estender a série até março de 2011, ou seja, sempre dois meses anteriores à divulgação do resultado da Previdência Social.

Gráfico 5

Evolução da Arrecadação de Empresas em Geral e Massa Salarial Formal - PME em 13 meses - em R\$ milhões INPC Abril/2011



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar); PME/IBGE • Elaboração: SPS/MPS

Obs.: Exclusivo trabalhadores domésticos e trabalhadores não remunerados de membro da unidade domiciliar que era empregado.

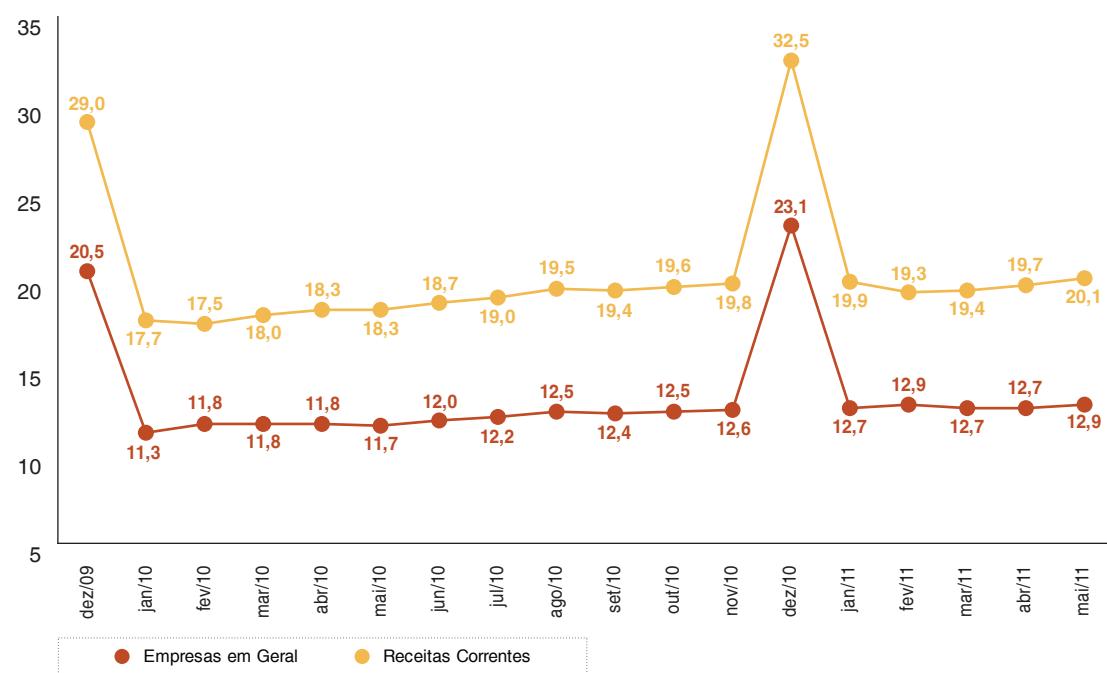
Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES: De acordo com a PIMES/IBGE, em abril de 2011, ao mostrar variação negativa de 0,1%, na série livre de influências sazonais, o emprego industrial manteve o quadro de estabilidade já observado em março último (0,0%). Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral também apontou virtual estabilidade em abril (0,1%), praticamente repetindo os resultados dos dois últimos meses: fevereiro (0,1%) e março (0,2%). Na comparação com igual período de 2010, o total de pessoal ocupado na indústria avançou 1,7% em abril de 2011, décima quinta taxa positiva consecutiva neste tipo de comparação, mas a menos intensa desde fevereiro de 2010 (0,8%). No índice acumulado do primeiro quadrimestre do ano houve expansão de 2,4%, resultado menos acentuado do que o

verificado no último quadrimestre de 2010 (3,9%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, cresceu 3,7%, mas com ligeira redução frente aos índices de fevereiro e março (ambos com 3,9%). Em abril de 2011, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 0,8% em relação ao mês imediatamente anterior, após registrar crescimento por três meses consecutivos e acumulado expansão de 6,5%. Com estes resultados, o índice de média móvel trimestral mostrou acréscimo de 0,2% em abril, quarta taxa positiva seguida, acumulando ganho de 3,5% nesse período. No confronto com iguais períodos do ano anterior o valor da folha de pagamento real cresceu 4,7% no índice mensal de abril de 2011, décima sexta taxa positiva consecutiva nesse tipo de comparação, e 6,1% no acumulado do primeiro quadrimestre do ano, ritmo de expansão abaixo do verificado no último quadrimestre de 2010 (8,2%). A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao avançar 7,5%, praticamente repetiu os resultados de fevereiro e março (ambos com 7,6%).

Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI: De acordo com a CNI, o emprego dessazonalizado manteve-se estável pelo segundo mês seguido, com recuo de apenas 0,1% frente ao mês anterior. Tanto a massa salarial quanto o rendimento médio real registraram fortes quedas em abril, considerando os indicadores sem ajustes sazonais. Após ajuste sazonal, o emprego ficou estável (-0,1%) em abril, em relação a março e comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego mostrou alta de 2,8% em abril. Na média dos quatro primeiros meses do ano, o emprego cresceu 3,7% frente ao mesmo período do ano anterior. A massa salarial real diminuiu em 3,5% em abril, frente a março (indicador sem ajuste sazonal). Essa foi a maior queda para meses de abril desde 2006, início da série histórica. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, a massa salarial desacelerou a expansão de 7,1% em março para 4,3% em abril. O rendimento médio real do trabalhador caiu 4,0% em abril, frente ao mês anterior (indicador sem ajuste sazonal). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o indicador cresceu apenas 1,5% em abril. Na média de janeiro a abril de 2011, a expansão foi de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os indicadores de atividade industrial mostram que os setores da indústria de transformação evoluem de maneira bastante diferenciada. Metade da indústria teve desempenho positivo, enquanto a outra metade registrou dificuldade para crescer. Em abril, dos 19 setores considerados, nove apresentam queda do faturamento real quando comparados a abril de 2010. O faturamento do setor Madeira, que recuou 1,5% em março, intensificou a queda para 22,0% em abril frente aos mesmos meses do ano anterior. Situação semelhante ocorreu com o setor Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (de -1,2% em março para -10,9% em abril). Na outra ponta, o setor de Refino e álcool passou de um aumento do faturamento de 1,9%, em março, para uma alta de 50,9% em abril.

Gráfico 6

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Maio/2011 – INPC



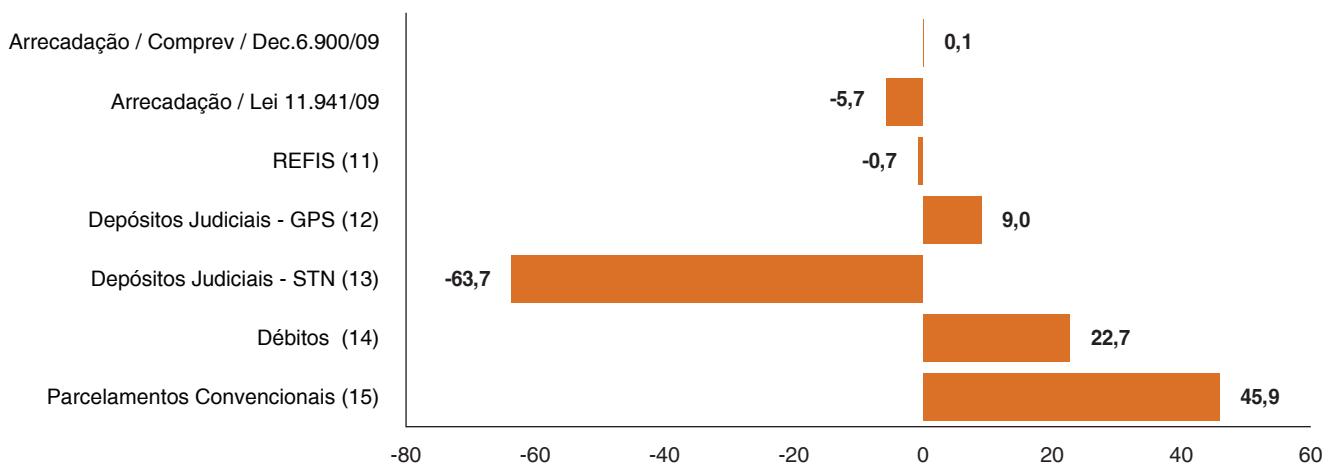
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em maio de 2011, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 824,6 milhões, aumento de 0,9% (+R\$ 7,6 milhões), em relação a abril de 2011, e queda de 21,7% (-R\$ 228,9 milhões), frente a maio de 2010. Entre maio de 2011 e o mês anterior, as rubricas Arrecadação / Lei 11.941/09 e Depósitos Judiciais – Repasse STN apresentaram redução de 3,1% (-R\$ 5,7) e 50,6% (-R\$ 63,7 milhões), respectivamente. Com relação ao desempenho positivo, destaca-se a rubrica Parcelamentos Convencionais, que subiu 10,5% (+R\$ 45,9 milhões), e representou 58,7% do total das receitas oriundas de medidas de recuperação de créditos, conforme se pode observar no Gráfico 7.

Gráfico 7

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Maio/2011) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Maio/2011 (INPC)

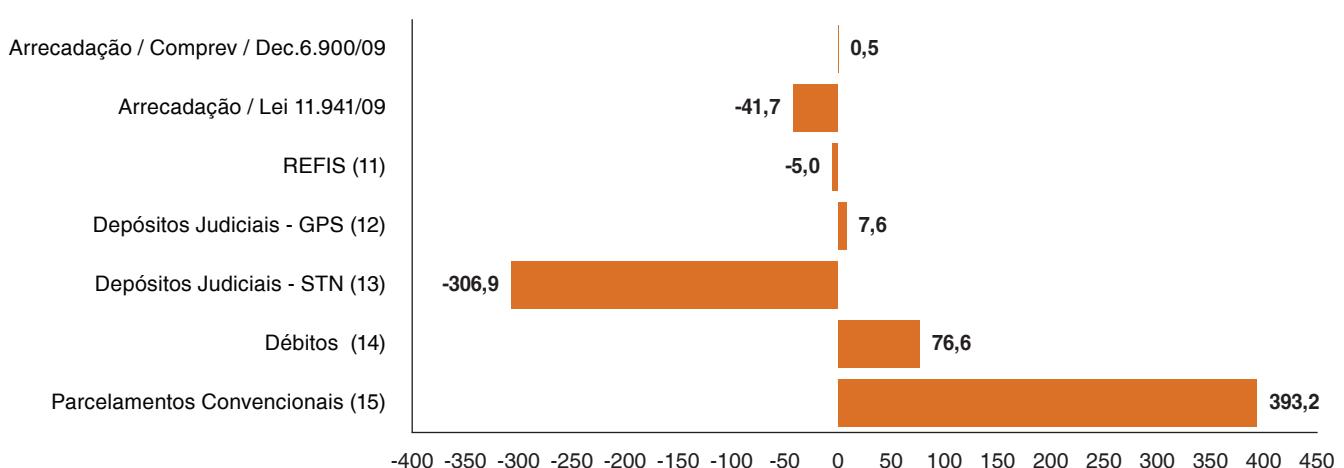


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No acumulado de janeiro a maio de 2011, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 4,2 bilhões, superior 3,1% (+R\$ 124,3 milhões) em relação ao mesmo período de 2010. As rubricas Parcelamentos Convencionais e Débitos apresentaram elevação de 21,1% (+R\$ 393,2 milhões) e 24,3% (+R\$ 76,6 milhões), respectivamente, e representaram juntas 63,4% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 8

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Maio) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Maio/2011 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos

Em maio de 2011, a quantidade de benefícios emitidos foi de 28,4 milhões de benefícios, permanecendo praticamente invariável em relação ao mês anterior. Já entre maio de 2011 e o mês correspondente de 2010, a quantidade de benefícios emitidos cresceu 3,8% (+1,0 milhão de benefícios). Nessa mesma comparação, os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 5,1% (+181,7 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários e Acidentários, que aumentaram, ambos, 3,6% (+831,7 mil e +28,3 mil benefícios, respectivamente), conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Maio/2010, Abril/2011 e Maio/2011)

	MAI-10 (A)	ABR-11 (B)	MAI-11 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	MÉDIA JAN. A MAI-10	MÉDIA JAN. A MAI-11	VAR. %
TOTAL	27.391.315	28.393.504	28.433.884	0,1	3,8	27.179.271	28.302.472	4,1
PREVIDENCIÁRIOS	23.001.212	23.801.358	23.832.890	0,1	3,6	22.833.579	23.726.417	3,9
Aposentadorias	15.271.522	15.758.652	15.789.419	0,2	3,4	15.182.333	15.714.302	3,5
Idade	7.969.178	8.242.722	8.259.232	0,2	3,6	7.919.629	8.219.713	3,8
Invalidez	2.924.627	2.971.901	2.973.324	0,0	1,7	2.912.722	2.967.008	1,9
Tempo de Contribuição	4.377.717	4.544.029	4.556.863	0,3	4,1	4.349.982	4.527.581	4,1
Pensão por Morte	6.519.953	6.678.082	6.687.203	0,1	2,6	6.492.794	6.665.445	2,7
Auxílio-Doença	1.079.919	1.226.459	1.215.731	(0,9)	12,6	1.036.693	1.213.415	17,0
Salário-Maternidade	74.354	75.823	78.012	2,9	4,9	67.989	71.934	5,8
Outros	55.464	62.342	62.525	0,3	12,7	53.771	61.321	14,0
ACIDENTÁRIOS	795.911	826.414	824.221	(0,3)	3,6	787.194	824.705	4,8
Aposentadorias	162.344	168.610	169.171	0,3	4,2	161.085	167.962	4,3
Pensão por Morte	126.193	124.869	124.727	(0,1)	(1,2)	126.411	124.992	(1,1)
Auxílio-Doença	156.638	178.879	176.060	(1,6)	12,4	149.663	178.061	19,0
Auxílio-Accidente	277.266	282.955	283.421	0,2	2,2	276.135	282.367	2,3
Auxílio-Suplementar	73.470	71.101	70.842	(0,4)	(3,6)	73.900	71.322	(3,5)
ASSISTENCIAIS	3.583.906	3.754.641	3.765.637	0,3	5,1	3.548.384	3.740.308	5,4
Amparos Assistenciais - LOAS	3.261.624	3.464.157	3.478.245	0,4	6,6	3.220.047	3.446.944	7,0
Idoso	1.572.743	1.644.645	1.649.055	0,3	4,9	1.558.654	1.638.675	5,1
Portador de Deficiência	1.688.881	1.819.512	1.829.190	0,5	8,3	1.661.393	1.808.270	8,8
Pensões Mensais Vitalícias	14.616	14.063	13.974	(0,6)	(4,4)	14.696	14.121	(3,9)
Rendas Mensais Vitalícias	307.666	276.421	273.418	(1,1)	(11,1)	313.640	279.242	(11,0)
Idade	79.423	67.696	66.639	(1,6)	(16,1)	81.724	68.732	(15,9)
Invalidez	228.243	208.725	206.779	(0,9)	(9,4)	231.917	210.510	(9,2)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	10.286	11.091	11.136	0,4	8,3	10.114	11.043	9,2

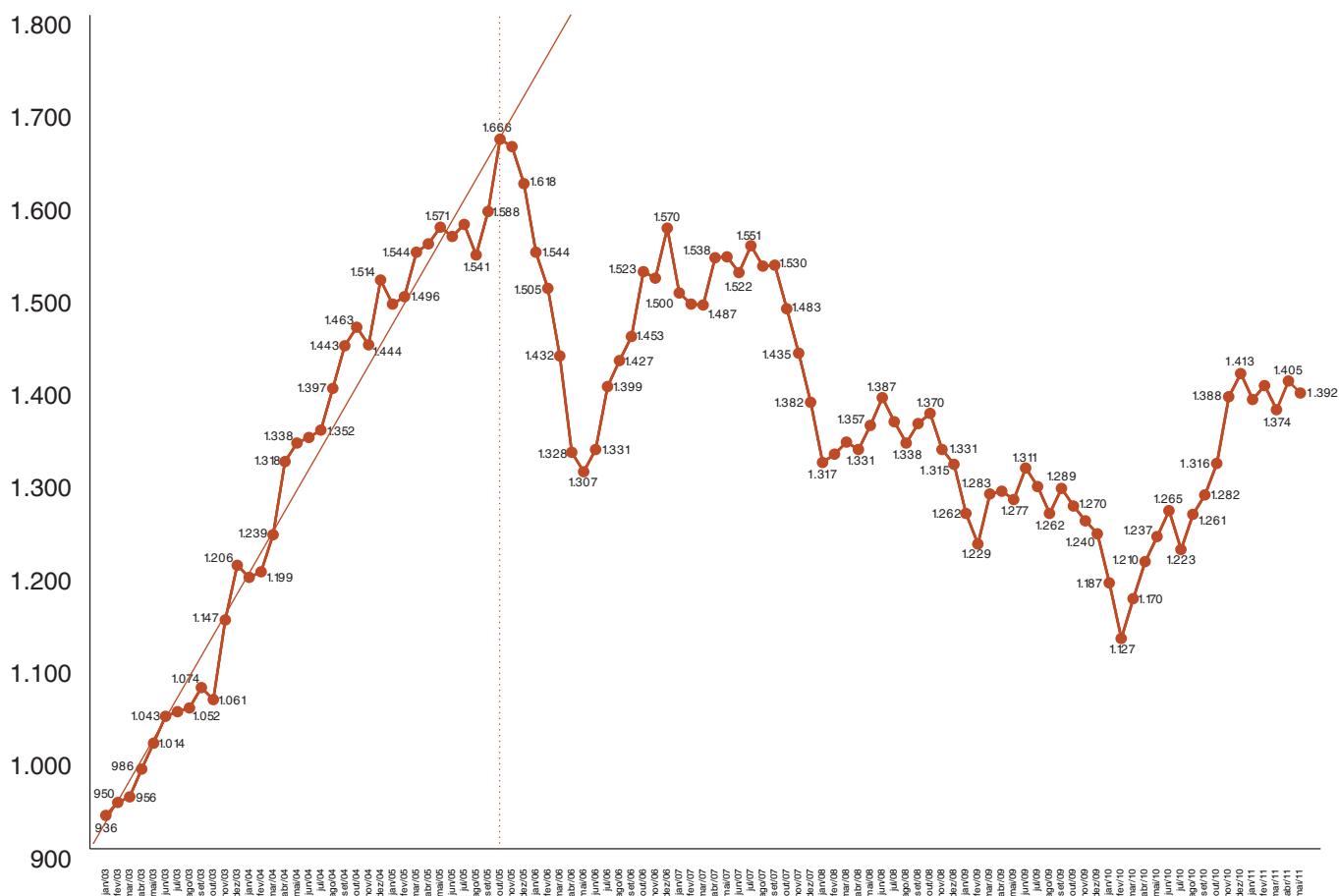
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

O estoque de auxílio-doença (previdenciário e acidentário) registrou em maio de 2011 o mesmo patamar de estoque observado em agosto de 2004, que foi de 1,4 milhão de benefícios, e apresentou redução de 1,0% (-13,5 mil benefícios), frente a abril de 2011. É interessante observar que na série, desde janeiro de 2003 (Gráfico 9), há uma quebra na tendência de crescimento em outubro de 2005, em função

basicamente de algumas medidas de gestão adotadas pelo MPS, que inverteram a forte tendência de crescimento. Naquele mês o estoque de auxílio-doença já atingia quase 1,7 milhão e despencou para 1,1 milhão em julho de 2010, quando volta a sofrer nova inflexão. Essa nova tendência de crescimento pode estar diretamente relacionado com o reforço no quadro de médicos peritos nas Agências da Previdência Social, que ampliou o atendimento, e consequentemente a concessão de auxílio-doença nos últimos meses de 2010 e no primeiro quadrimestre deste ano. Ainda é cedo para se afirmar, mas é possível que o estoque de auxílio-doença tenda a se estabilizar em um patamar aproximado de 1,4 milhão, conforme verificado nos primeiros meses de 2011.

Gráfico 9

Evolução de Auxílios-Doença emitidos (Previdenciários e Acidentários) – Janeiro de 2003 a Maio de 2011

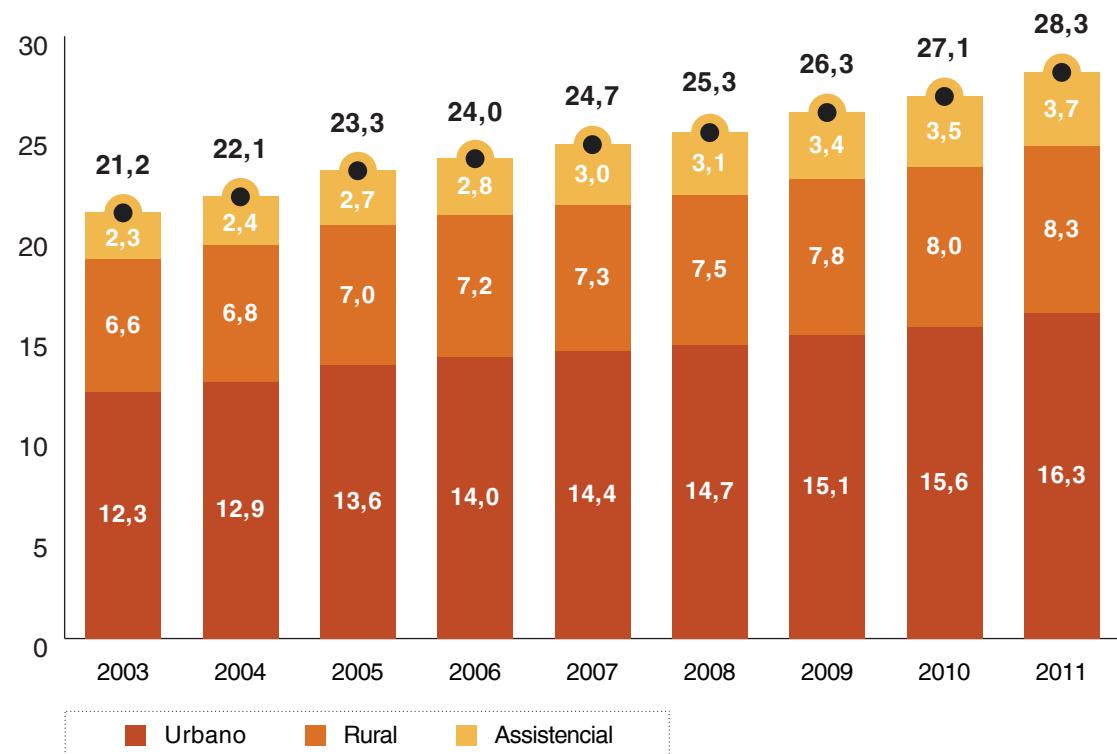


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

Da quantidade média de 28,3 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a maio de 2011, 57,6% (16,3 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,3% (8,3 milhões) a beneficiários da área rural e 13,1% (3,7 milhões) aos assistenciais (Gráfico 10). De 2003 a 2011, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,5% no meio urbano, de 25,8% no meio rural e de 60,9% nos assistenciais.

Gráfico 10

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2003 a 2011) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Maio

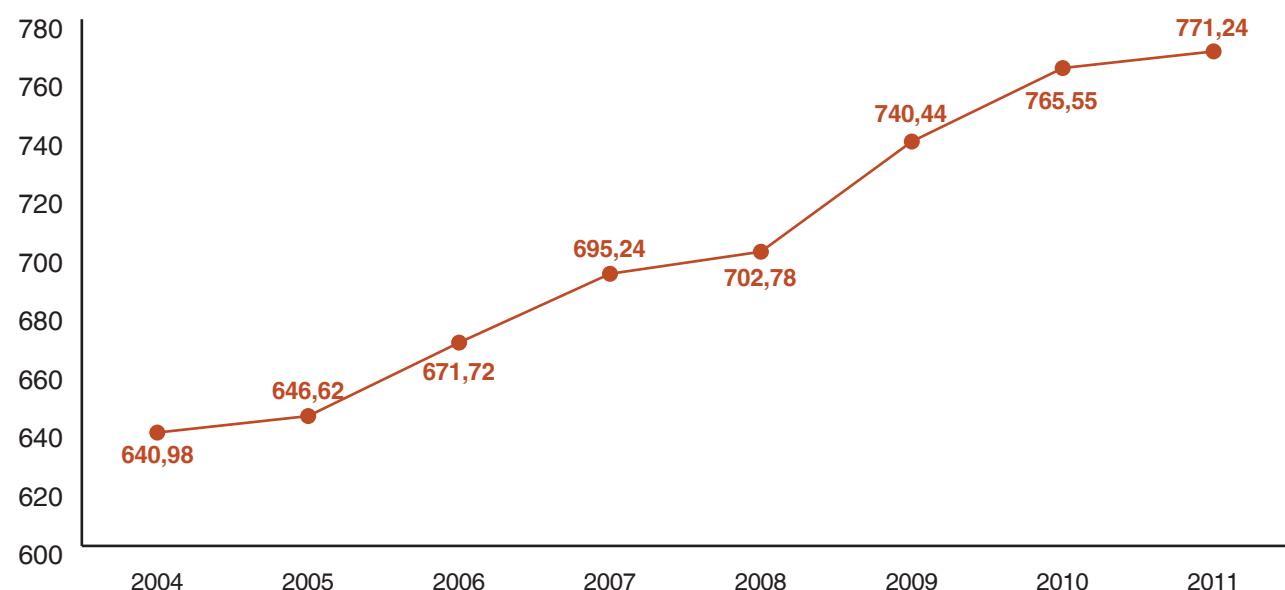


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 771,24 média de janeiro a maio de 2011, ocorrendo ligeiro acréscimo de 0,7% em relação ao mesmo período de 2010. Entre o acumulado de janeiro a maio de 2011 e período correspondente de 2004, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 20,3% (Gráfico 11).

Gráfico 11

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Maio de cada ano) em R\$ de Maio/2011 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

Em maio de 2011, foram concedidos 441,8 mil novos benefícios, aumento de 16,4% (+62,3 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 11,4% (+45,2 mil benefícios), quando comparado com maio de 2010. Todos os grandes grupos apresentaram crescimento, entre maio e abril de 2011. Os Benefícios Previdenciários tiveram elevação de 16,7% (+54,1 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, em 11,4% (+3,2 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais, em 17,9% (+5,0 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Maio/2010, Abril/2011, Maio/2011 e Acumulado de Janeiro a Maio (2010 e 2011)

	MAI-10 (A)	ABR-11 (B)	MAI-11 (C)	VAR.% (C / B)	VAR.% (C / A)	ACUM. JAN. A MAI-10	ACUM. JAN. A MAI-11	VAR.%
TOTAL	396.566	379.500	441.811	16,4	11,4	1.891.638	1.979.428	4,6
PREVIDENCIÁRIOS	333.778	323.190	377.272	16,7	13,0	1.585.405	1.683.773	6,2
Aposentadorias	87.608	82.535	99.182	20,2	13,2	419.610	427.288	1,8
Idade	48.848	44.309	55.082	24,3	12,8	228.962	230.003	0,5
Invalidez	16.008	14.279	17.041	19,3	6,5	81.011	75.181	(7,2)
Tempo de Contribuição	22.752	23.947	27.059	13,0	18,9	109.637	122.104	11,4
Pensão por Morte	32.729	30.355	35.308	16,3	7,9	156.948	160.906	2,5
Auxílio-Doença	160.551	161.324	184.978	14,7	15,2	765.657	847.696	10,7
Salário-Maternidade	50.675	46.765	55.152	17,9	8,8	233.298	236.465	1,4
Outros	2.215	2.211	2.652	19,9	19,7	9.892	11.418	15,4
ACIDENTÁRIOS	29.181	28.041	31.238	11,4	7,0	141.781	148.290	4,6
Aposentadorias	841	947	1.039	9,7	23,5	4.384	4.684	6,8
Pensão por Morte	61	56	65	16,1	6,6	309	308	(0,3)
Auxílio-Doença	27.161	25.858	28.789	11,3	6,0	131.543	137.396	4,4
Auxílio-Accidente	1.106	1.169	1.333	14,0	20,5	5.486	5.849	6,6
Auxílio-Suplementar	12	11	12	9,1	0,0	59	53	(10,2)
ASSISTENCIAIS	33.355	28.128	33.156	17,9	(0,6)	163.484	146.667	(10,3)
Amparos Assistenciais - LOAS	33.308	28.108	33.119	17,8	(0,6)	163.288	146.522	(10,3)
Idoso	15.049	13.003	14.972	15,1	(0,5)	71.661	66.564	(7,1)
Portador de Deficiência	18.259	15.105	18.147	20,1	(0,6)	91.627	79.958	(12,7)
Pensões Mensais Vitalícias	47	20	37	85,0	(21,3)	193	145	(24,9)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	252	141	145	2,8	(42,5)	968	698	(27,9)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

No acumulado de janeiro a maio de 2011, a quantidade de benefícios concedidos somou cerca de 2,0 milhões de benefícios, aumento de 4,6% (+87,8 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2010. Os Benefícios Previdenciários e Acidentários registraram crescimento de 6,2% (+98,4 mil benefícios) e 4,6% (+6,5 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Assistenciais tiveram redução de 10,3% (-16,8 mil benefícios).

ANEXOS

Tabela 1

Fluxo de Caixa - 2011 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária

- SIMPLES (1)

- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)

- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)

- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)

- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)

- Quitação de Dívidas (6)

- Depósitos Judiciais (7)

- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)

- Concursos e Prognósticos

- Operações de Crédito Externa

- COFINS

- COFINS/LOAS

- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU

- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros

- Recursos Ordinários - Contrapartida

- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)

- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios

- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.2.1. EPU T.N.

3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL (10)

3.1.3. CUSTEIO (11)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)

4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

Tabela 2
**Fluxo de Caixa - Mai/2011
(R\$ mil de Mai/2011 - INPC)**

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA	
1. SALDO INICIAL	
2. RECEBIMENTOS	
2.1. ARRECADAÇÃO	
- Arrecadação Bancária	
- SIMPLES (1)	
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	
- Quitação de Dívidas (6)	
- Depósitos Judiciais (7)	
- Restituições de Arrecadação	
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	
- Concursos e Prognósticos	
- Operações de Crédito Externa	
- COFINS	
- COFINS/LOAS	
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	
- Recursos Ordinários - Contrapartida	
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	
3. PAGAMENTOS	
3.1. PAGAMENTOS INSS	
3.1.1. BENEFÍCIOS	
- Total de Benefícios	
- Devolução de Benefícios	
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)	
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	
3.1.1.2.1. EPU T.N.	
3.1.1.2.2. LOAS	
3.1.2. PESSOAL (10)	
3.1.3. CUSTEIO (11)	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)	
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)	
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)	
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)	
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)	

VALORES EM MIL R\$ DE MAI/2011 - INPC

MAI-10 I	ABR-11 II	MAI-11 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A MAI-10 - IV	ACUM. JAN. A MAI-11 - V	VAR.ACUM. V / IV EM %
15.505.971	10.985.735	11.171.880	1,7	(28,0)	63.958.704	49.553.533	(22,5)
24.643.285	27.358.562	24.285.614	(11,2)	(1,5)	140.909.980	132.880.336	(5,7)
19.364.150	20.511.834	20.939.846	2,1	8,1	93.785.812	102.500.414	9,3
17.520.852	18.677.665	19.124.758	2,4	9,2	85.245.302	93.251.127	9,4
1.355.259	1.536.875	1.573.859	2,4	16,1	6.736.805	7.903.593	17,3
10.954	10.278	9.597	(6,6)	(12,4)	55.307	50.272	(9,1)
74	61	142	133,7	91,1	256	734	186,5
188.706	180.790	175.098	(3,1)	(7,2)	930.630	888.962	(4,5)
67.906	72.396	47.935	(33,8)	(29,4)	255.019	164.636	(35,4)
-	-	-	-	-	-	-	-
289.443	125.978	62.283	(50,6)	(78,5)	881.658	574.775	(34,8)
(33.791)	(53.932)	(14.540)	(73,0)	(57,0)	(121.077)	(110.566)	(8,7)
141	124	152	22,4	7,2	344.280	35.806	(89,6)
23.624	74.264	21.322	(71,3)	(9,7)	90.398	167.211	85,0
2.477.697	2.682.150	2.198.434	(18,0)	(11,3)	17.346.166	18.570.954	7,1
2.777.673	4.090.190	1.125.861	(72,5)	(59,5)	29.343.324	11.605.951	(60,4)
356.720	3.296.841	355.550	(89,2)	(0,3)	5.923.264	4.591.587	(22,5)
25.324	8.822	17.472	98,0	(31,0)	72.329	60.245	(16,7)
813	-	-	-	(100,0)	4.440	10	(99,8)
448.735	364.063	357.275	(1,9)	(20,4)	10.212.942	1.854.601	(81,8)
1.472.081	-	-	-	(100,0)	10.481.493	2.881.018	(72,5)
105.381	-	-	-	(100,0)	516.115	195.394	(62,1)
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
368.620	420.463	395.564	(5,9)	7,3	2.114.075	2.023.096	(4,3)
-	-	-	-	-	18.666	-	(100,0)
25.073.402	60.042.313	54.082.598	(9,9)	115,7	130.150.334	249.584.031	91,8
23.359.580	58.182.373	52.182.559	(10,3)	123,4	120.439.016	238.701.349	98,2
22.419.931	26.558.202	23.595.185	(11,2)	5,2	115.592.144	120.154.940	3,9
22.569.777	26.735.662	23.679.929	(11,4)	4,9	116.222.891	120.831.572	4,0
(128.205)	(157.036)	(64.773)	(58,8)	(49,5)	(584.474)	(563.721)	(3,6)
20.406.733	24.414.016	21.459.617	(12,1)	5,2	105.444.027	109.454.253	3,8
20.063.234	21.174.175	21.158.559	(0,1)	5,5	100.327.903	105.210.696	4,9
343.499	3.239.841	301.058	(90,7)	(12,4)	5.116.124	4.243.558	(17,1)
2.013.198	2.144.185	2.135.568	(0,4)	6,1	10.148.117	10.700.687	5,4
67.854	64.585	63.347	(1,9)	(6,6)	391.823	379.563	(3,1)
1.945.344	2.079.600	2.072.221	(0,4)	6,5	9.756.294	10.321.124	5,8
695.862	29.503.488	26.485.174	(10,2)	3.706,1	3.825.620	109.970.950	2.774,6
243.787	2.120.683	2.102.200	(0,9)	762,3	1.021.252	8.575.459	739,7
1.713.822	1.859.940	1.900.039	2,2	10,9	9.711.318	10.882.681	12,1
17.650.328	18.651.894	19.039.807	2,1	7,9	84.074.493	91.617.733	9,0
(2.756.405)	(5.762.122)	(2.419.810)	(58,0)	(12,2)	(21.369.534)	(17.836.521)	(16,5)
(4.769.603)	(7.906.307)	(4.555.378)	(42,4)	(4,5)	(31.517.651)	(28.537.208)	(9,5)
(430.116)	(32.683.750)	(29.796.984)	(8,8)	6.827,7	10.759.646	(116.703.695)	(1.184,6)
15.075.854	(21.698.016)	(18.625.103)	(14,2)	(223,5)	15.075.854	(18.625.103)	(223,5)

Gráfico 1

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios (Acumulado até o mês de Maio de cada ano, em R\$ milhões de Mai/2011 - INPC)

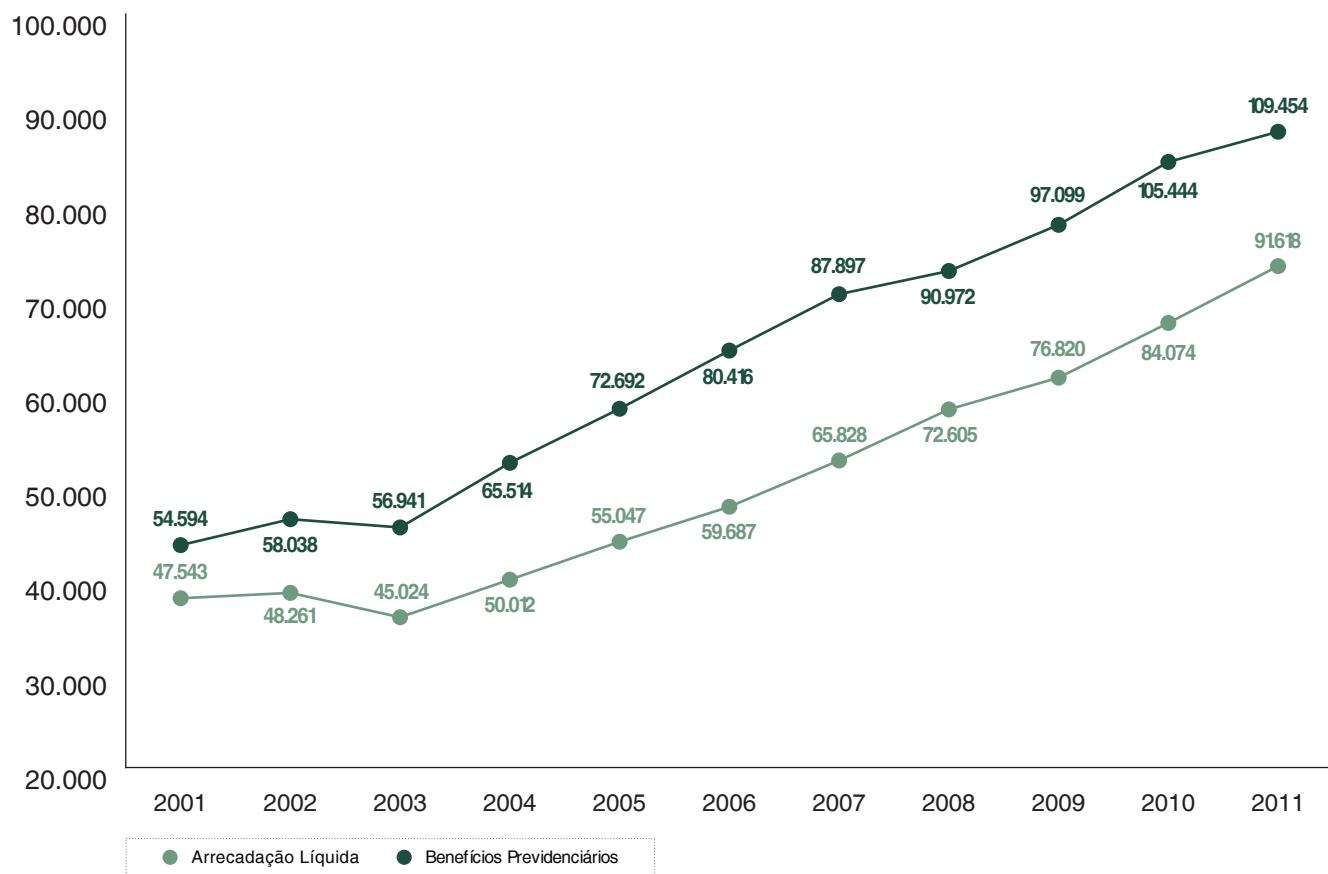


Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Mai/2011 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5) (D)	E=(D/C)	F= (C - D)
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE MAIO, A PREÇOS DE MAI/2011 INPC						
2001	51.535	3.992	47.543	54.594	114,8	(7.051)
2002	52.056	3.795	48.261	58.038	120,3	(9.777)
2003	48.786	3.762	45.024	56.941	126,5	(11.917)
2004	54.347	4.336	50.012	65.514	131,0	(15.502)
2005	59.054	4.007	55.047	72.692	132,1	(17.645)
2006	64.983	5.297	59.687	80.416	134,7	(20.730)
2007	72.650	6.822	65.828	87.897	133,5	(22.069)
2008	81.111	8.506	72.605	90.972	125,3	(18.367)
2009	85.808	8.988	76.820	97.099	126,4	(20.279)
2010	93.786	9.711	84.074	105.444	125,4	(21.370)
2011	102.500	10.883	91.618	109.454	119,5	(17.837)
Mai-09	17.683	1.540	16.143	19.214	119,0	(3.071)
Jun-09	17.312	1.613	15.699	19.474	124,0	(3.775)
Jul-09	17.527	1.615	15.912	19.358	121,7	(3.445)
Ago-09	17.604	1.579	16.025	21.802	136,1	(5.777)
Set-09	17.316	1.660	15.656	25.848	165,1	(10.192)
Out-09	18.104	1.627	16.476	19.551	118,7	(3.075)
Nov-09	20.193	1.631	18.562	22.003	118,5	(3.441)
Dez-09	29.900	1.706	28.193	26.258	93,1	1.935
Jan-10	18.298	2.926	15.372	19.422	126,3	(4.050)
Fev-10	18.202	1.710	16.492	20.592	124,9	(4.100)
Mar-10	18.780	1.677	17.103	24.346	142,3	(7.243)
Abr-10	19.142	1.685	17.457	20.677	118,4	(3.220)
Mai-10	19.364	1.714	17.650	20.407	115,6	(2.756)
Jun-10	19.453	1.785	17.668	20.629	116,8	(2.961)
Jul-10	19.724	1.762	17.962	20.698	115,2	(2.736)
Ago-10	20.302	1.809	18.494	24.273	131,2	(5.779)
Set-10	20.063	1.884	18.179	27.934	153,7	(9.755)
Out-10	20.288	1.816	18.472	20.757	112,4	(2.285)
Nov-10	20.519	1.865	18.655	23.260	124,7	(4.606)
Dez-10	33.445	1.860	31.585	27.989	88,6	3.596
Jan-11	20.837	3.291	17.546	20.644	117,7	(3.098)
Fev-11	20.065	1.939	18.127	21.507	118,7	(3.381)
Mar-11	20.146	1.893	18.253	21.430	117,4	(3.176)
Abr-11	20.512	1.860	18.652	24.414	130,9	(5.762)
Mai-11	20.940	1.900	19.040	21.460	112,7	(2.420)

anos

88

Proteção para
o Trabalhador
e sua Família

